



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

NOTAS SOBRE GÊNESE E FORMAÇÃO DA ELITE ADMINISTRATIVA CABO-VERDIANA

Por Crisanto Barros

Universidade de Cabo Verde

crisantobarros@gmail-com

Este ensaio pretende analisar a formação da moderna elite administrativa cabo-verdiana, com o advento do tardio liberalismo lusitano e do (re)posicionamento do colonialismo português, no âmbito do processo de partilha da África. Intenta, ainda, explorar algumas hipóteses a respeito do processo de produção, reprodução e transformação dessa elite no decurso do século XX. Assim, impõe-se indagar, de forma mais aprofundada, o seguinte: quais as condicionantes estruturais que estiveram na gênese da sua formação? Qual é a sua base social de recrutamento? Dito de outro modo, quais são as dimensões de sua homogeneidade e/ou heterogeneidade?

A participação de cabo-verdianos nas lides das instituições administrativas é um fenómeno que remonta aos primórdios do processo de colonização. Desde o século XVII, verifica-se a presença contínua das gentes das ilhas na administração régia, maugrado as restrições impostas pela metrópole. Inicialmente, “ser branco, cristão e sem qualquer indício de ascendência de diversa cor ou religião eram condições elementares para se pretender algum ofício no quadro do oficialato régio” (COHEN, 2005, p.139).

Na verdade, o que se constatava, na prática, é que a organização administrativa em Cabo Verde achou-se sempre, como adverte Cohen, “polvilhada de indivíduos pertencentes aos dois grupos de exclusão, designadamente negros, mulatos e pardos e cristãos novos” (2005, p.145). Essa presença nativa acentua-se à medida que, nas ilhas, escasseavam homens do Reino, afugentados pelo esgotamento dos mecanismos de reprodução da sociedade escravista, com a perda da importância geoestratégica da Ribeira Grande no contexto do comércio de escravos com a Costa da Guiné e, subsequentemente, com todo o comércio intercontinental a que estava vinculada (CARREIRA: 1983, p.300; CABRAL, 2001, p.362, CORREIA E SILVA, pp.354-355).

Antes de se debruçar especificamente a despeito do processo de formação dessa elite, convém precisar que se recorreu ao conceito de elite para designar todos os indivíduos



que ocupam posições de autoridade formal definidas na cúpula de uma organização social ou institucional. (Cf. BOTTOMORE, 1967; SULEIMAN, 1979; BUSINO, 1993; GENIYES, 2006). Para a apreensão da dinâmica de sua formação, reprodução e transformação lançou-se mão de uma abordagem que combine informações de índole quantitativa, resultantes do inquérito estruturado aplicado aos altos dirigentes da Administração Pública, com as de natureza mais qualitativa decorrentes da análise de documentos compulsados nos arquivos e entrevistas aprofundadas.

Génese da formação da elite administrativa cabo-verdiana

A revolução liberal em 1820 constitui um marco decisivo para edificação de um Estado burocratizado em Cabo Verde. Com a instauração da Monarquia Constitucional, um conjunto de reformas são introduzidas tendo em vista a reorganização do Estado, cujas acções de mando e subordinação procuram observar, agora, os ditames de uma nova ordem liberal, estribada na “universalização” dos direitos e na consagração do projecto assimilacionista da Nação Una e Indivisa, inscritas na Carta Constitucional, um antídoto às derivas de desintegração do Império abertas com a independência do Brasil. (MARQUES, 1991, pp. 51- 52 e segs; cf MIRANDA, 1976: Constituições portuguesas de 1822, 1826, 1838)

Assim, é promulgado um conjunto de legislações que muda a natureza instituições político-burocráticas, com o fito de impor a autoridade pública e, ao mesmo tempo, regular uma esfera social resultante da falência das estruturas de produção escravistas. De referir o famoso Código Administrativo de Mouzinho da Silveira, de 1832, que revogou, no século XIX, as Ordenações Filipinas e introduziu, no Ultramar, uma nova regulamentação da formação, composição e competência dos órgãos administrativos a que se seguem os códigos administrativos de 1836, 1842 e a Carta Orgânica do Ultramar Português de 1869 e a Organização Administrativa de Cabo Verde de 1893 (Cf. CORREIA, 1994, pp.38-39; Ver também GOMINHO, 1965, pp18-20).

Tais dispositivos legais exprimiam a contínua reestruturação e extensão da administração do Estado cujos tentáculos estendiam-se através de suas estruturas burocráticas a quase todo o território nacional, administrativamente organizado por comarcas, câmaras e freguesias. Todavia, da aplicação de um novo modelo de



organização inscrito no Código Administrativo resultou em dificuldades de monta. Desde logo, os baixos salários praticados e os atrasos sucessivos no seu pagamento aos funcionários descredibilizaram a Administração Pública, especialmente a concelhia, tornando-a largamente caudatária da boa vontade das oligarquias locais que, face à tibieza do Estado relativamente à matéria, faziam da patronagem e do nepotismo práticas legítimas de governação. Ademais, os funcionários, na sua maioria analfabetos ou com baixo nível de instrução, jamais estudavam o Código ou, de modo geral, quaisquer outras normas escritas dimanadas do Governo-geral, ficando a sua aplicação ao sabor da ignorância e/ou interpretação dos mesmos.¹

A complexidade do Estado cabo-verdiano ganha novas dimensões ao longo do processo de reposicionamento político de Portugal no contexto da partilha da África, nos finais do século XIX. Ameaçado pelas grandes potências em franco processo de industrialização (Inglaterra, França, Alemanha), Portugal, com o *Ultimatum* inglês de Janeiro de 1890, acelera a redefinição de uma estratégia de colonização do Ultramar.²(ANDERSON,1963, pp- 37-39). Tal intento requeria, entretanto, uma elite intermédia capaz de participar na gestão desse vasto território para onde os funcionários metropolitanos, por falta de incentivos financeiros e por causa da moléstia tropical a que estavam sujeitos, não se aventuravam a deslocar. São, com efeito, os cabo-verdianos, cristão e detentores de uma relativa escolarização em comparação com as gentes das demais colónias e, portanto, “supostamente mais civilizados que os indígenas” a

¹Segundo Rodrigues, as práticas de corrupção eramfenómenos tão correntes a ponto de os moradores de Santa Catarina terem de “ir buscar à vila da Praia todo o papel selado, ou o selarem em verba todos os documentos legais, por não existir naquele concelho pessoa idónea que pudesse servir de tesoureiro geral” De entre as medidas implementadas para pôr cobro a essa situação, tornou-se obrigatório a tomada de posse mediante o juramento aos Santos Evangélicos, fidelidade à Rainha e a obediência à Carta Constitucional e às leis do Reino, sendo o auto registado em livros com folhas numeradas e rubricadas para o efeito, como condição para o exercício do cargo na administração. Acrescenta, ainda, a autora que “o Governador Fortunato Barreiros chegou a advertir o seu sucessor que as populações não estavam devidamente preparadas para lidarem com o novo Código Administrativo “que supoe um estado de civilização bastante adiantado” (RODRIGUES, 1998, pp 257, 261).

² Segundo Marquês de Lavradio, “ a Conferência de Berlim de 1885 e o Ultimatum de 1890 obrigaram Portugal a olhar com mais atenção para os seus domínios africanos; compreendeu-se, finalmente, que a época dos direitos históricos havia passado” (LAVRADIO: 1933, p.175).



assumir rédeas de gestão intermédia e, amiúde, de cúpula da administração, sobretudo no território nacional, na Guiné e em Angola.³

Pode-se dizer, sem embargo, que a colonização portuguesa no seu sentido estrito, ou seja, com um Estado dotado de uma extensa estrutura burocrática e uma elite administrativa intermédia e de topo para o suportar, uma ideologia definida e meios para a difundir, ganhou maior expressão nos finais do século XIX e ao longo do século XX. A criação da Escola Colonial, em 1906, cujo projecto inicial fora gizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1788, inspirado no *Civil Service* britânico e nas demais escolas europeias de formação da elite colonial, representa uma aposta do governo colonial em modernizar a organização e gestão do seu vasto território.⁴

Assim, a génese e formação da elite administrativa cabo-verdiana⁵ provêm desse contexto específico de modernização da sociedade portuguesas e da posição de Cabo

³ Adriano Moreira, um dos principais arquitectos do projecto tardo-colonial português, nas décadas de 50 e 60 do séc-XX, asseverara o seguinte: “ parece realmente certo que todo e qualquer povo que pretenda chamar à sua concepção de vida um povo de cultura diferente tem de fazer apelo a uma classe especial, a classe intermédia, que abandona a cultura originária, mas adopta a missão de generalizar os costumes novos” (MOREIRA:1961).

⁴ A proposta inicial intitulava-se Projecto de Uma Escola de Disciplinas relativas à Terra e à Gente e às Línguas do Ultramar Português, “apresentada à Sociedade de Geografia de Lisboa, a 18 de Março de 1878, por Luciano Cordeiro, como relator, destinava-se aos que se dedicavam ao funcionalismo nas possessões ultramarinas. A Escola Colonial foi instituída pelo decreto de 18 de Janeiro de 1906, sendo o curso ali professado de 2 anos e versava as seguintes disciplinas: 1º ano -Geographia colonial, Colonização, língua ambundo, Regime económico das colónias e suas produções; 2º ano - Administração civil e fazenda, e legislação colonial correlativa, Língua landim e Hygiene colonial (Cf. Oração de Sapiencia pronunciada pelo professor Ernesto Vasconcelos na sessão de 21 de Junho de 1907 para a entrega dos prémios aos alunos mais distintos no anno lectivo 1906-1907 in Anuário da Escola Colonial, pp, pp5-8, pp27-28; Vide também GRAÇA: 2009.

⁵ Cita-se, em síntese, algumas trajectórias de altos funcionários da administração, de entre dezenas, que dão conta dessa contínua presença de naturais de Cabo Verde na direcção da administração no país e nas demais províncias, no séc-XIX:

João José Tavares, natural de S. Thiago, nasceu em 1854. Desde 1 de dezembro de 1874 como aprendiz a compositor da Imprensa Nacional, em 1881 e 1885, director e compositor da imprensa nacional da província da Guiné Portuguesa em 1883, d'onde foi transferido para igual cargo na província de Cabo Verde - Decreto de 23 de janeiro de 1885. (CfAHU: Secretaria de Estado da Marinha: Direcção geral do Ultramar, Cx 236)

Sebastião José Barboza: natural da ilha do Fogo, nasceu em 1842. Desde de 15 de janeiro de 1831 em que foi nomeado praticante da Contadoria por Portaria da Junta da Fazenda da mesma data. 3º Escripturario por provimento de 26 de novembro de 1833; 3º Amanuense da Secretaria Geral da Prefeitura por portaria do Prefeito de 1 de Março de 1834. 1º Amanuense archivista da mesma por portaria desde 1 de Agosto de 1834. Official da Secretaria geral do governo por portaria de 2 de Maio d 1837. Escrivão da Alfândega da ilha de São Thiago por decreto de 30 de Agosto de 1838. Escrivão e Director interino da alfândega de Bissau por Decreto de 17 de Janeiro de 1844.. Novamente



Verde, não como espaço de exploração natural, mas como local de inter-mediação do processo de uma efectiva colonização das províncias africanas do ultramar português.

As expectativas dos cabo-verdianos em participar na governança do império colonial ganha maior impulso com a criação de instituições formais de ensino, no decurso de um conjunto de reformas liberais na metrópole que entrevia a educação como um pilar fundamental para a consagração do projecto assimilacionista e para impulsionar o desenvolvimento a que o progresso científico abria promissores caminhos.

Assim, com a regularização da instrução pública no país a partir de 1845, após algumas décadas a funcionar com enormes debilidades, ressurgem as escolas primárias (elementar e principal) que viriam a ser instaladas primeiro na Brava, em 1848, onde residia o Governador e uma importante comunidade de portugueses. Depois, em 1856, com fixação do Governador na então vila da Praia, e, posteriormente, anexada ao seminário liceu de São Nicolau até 1871. (AFONSO, 2002, pp.119-120; BRITO-SEMEDO, 2006, p.111; CARVALHO, 2009, MAFALDA, 2010).

Até finais do século XIX haviam sido criadas mais escolas em Cabo Verde que nas demais colónias portuguesas. Como observa Brito-Semedo, “ nas colónias portuguesas no seu todo tinham sido criadas as seguintes escolas primárias. Cabo Verde 45, S. Tomé e Príncipe 2, Angola 25, Moçambique 8, Índia (Goa) 37, Macau 4, Timor 1”, o que

nomeado escrivão da alfândega da villa da Praia pelo Governo geral em Portaria de 2 de março de 1847 e confirmado por Carta Regia de 13 de Abril de 1852 (idem)

Roberto Duarte e Silva, natural de Santo Antão, nasceu em 1860. Desde 4 de fevereiro de 1878 amanuense da conservatória de Comarca de Barlavento em 1878. Escrivão da administração do concelho da Vila da Ribeira Grande de Santo Antão por portaria em 1879. Director dos Correios de São Vicente em 1884 e como tal administrador dos correios da província de Cabo Verde (idem).

Viriato Gomes da Fonseca: nasceu em 13 de Dezembro de 1863, natural da freguesia de Santo Antão. Militar, engenheiro, músico, erudito, deputado, foi o único negro que chegou ao posto de general exército português e provavelmente de um exército europeu. Fez a maior parte da sua carreira em Cabo Verde(...). Foi nomeado Comandante Militar da Ilha de S. Vicente em 1904, onde foi indicado para membro do júri de exames da instrução primária e, em 1907. Sendo presidente da Câmara Municipal do Mindelo, coube-lhe fazer o discurso em honra de Sua Alteza real, o Príncipe D. Luíz. Foi destacado para Guiné em 1907. Em 29 de Abril de 1909 terminou a sua comissão na Guiné e foi colocado de novo na sua terra natal e nomeado administrador do concelho da ilha de S. Antão. (Cf OLIVEIRA, 1998)

Alexandre Almeida, nasceu em 1873, natural da ilha de São Nicolau. Viveu na Guiné-Bissau. Advogado, chefe da Câmara de Bissau, jornalista e historiador. (Cf VASCHETTO: 1987, p.257)



colocava os cabo-verdianos numa relação francamente vantajosa face às demais populações do ultramar português em África e Timor. (BRITO-SEMEDO, 2006, p.122).

Diferentemente das outras instituições de formação secundária criadas no segundo quartel do século XIX, nomeadamente as da Praia, em 1860, de curtíssima vigência, e o seminário de São Nicolau, em 1866, entretanto, extinto em 1917, o liceu Infante Dom Henrique (posteriormente Gil Eanes) veio a funcionar de forma ininterrupta ao longo do século XX, pese embora algumas tentativas para o encerrar não fosse a contestação enérgica da elite local. (CARVALHO, 2009, pp.169). A longevidade dessa instituição republicana e laica transformou radicalmente o panorama formativo neste arquipélago, contribuindo para a consolidação de Cabo Verde como espaço de formação e circulação de quadros para as demais colónias portuguesas (AFONSO, 2002, pp194-195).

Se é verdade que se verifica, a partir do segundo quartel do século XX, uma significativa expansão e diversificação da oferta formativa a nível do ensino secundário, quer com a criação da secção do liceu Gil Eanes na capital, quer com a Escola Técnica, em 1956, quer ainda com a institucionalização do liceu nacional, em 1960, não é de todo crível que o perfil social dos que concluíram o ensino liceal tenha sofrido transformações substanciais.⁶

Sopesando os arquivos do antigo liceu nacional de Cabo Verde, criado em 1917, a partir da consulta dos seus boletins de matrícula e dos livros de registo de aproveitamento escolar, dois aspectos ressaltam à primeira vista. Primeiro, a grande maioria dos diplomados era proveniente de uma classe média urbana e rural, composta por proprietários de terra, comerciantes, funcionários públicos (civis e militares) e profissionais liberais que vislumbravam na escolarização a via mais credível de ascensão social através do acesso ao emprego público.⁷

Segundo, quase 2/3 dos alunos desse liceu provinham de três ilhas do norte do arquipélago, São Vicente – sede do liceu – Santo Antão e São Nicolau, que

⁶Na verdade, Carreira constata uma crescente diferenciação do perfil social dos estudantes que frequentam o ensino secundário na década de 60, o que não implica, necessariamente, na alteração significativa do perfil social daqueles que, efectivamente, conseguiram concluir os estudos. A respeito do alargamento do acesso ao ensino secundário, cf. CARREIRA: 1983: p.60; MONIZ, 2009: p.234; CARVALHO: 2009, p.197

⁷ Cf. Dossiers de matrícula dos alunos do antigo liceu Infante Dom Henrique/Gil Eanes entre 1922 a 1974. Livros de Termo e matrícula dos estudantes do 7º ano do liceu entre 1955 a 1976.



representavam, à época, pouco mais de 1/3 da população cabo-verdiana. De realçar que a região norte adquire uma relativa centralidade política, religiosa, cultural e económica com o projecto de mudança de capital da Praia para Mindelo, que acabaria por fracassar, instalação da sede do Bispado, do liceu-seminário (em S. Nicolau) e com o aproveitamento da baía do Porto Grande como ancoradouro para navegação transatlântica, a tal ponto de a sua demografia registar um importante crescimento entre 1875 e 1900.⁸

De igual modo, o exame dos boletins de matrícula de quase uma centena de formandos cabo-verdianos inscritos na antiga Escola Colonial endossa a hipótese de que a base social desses estudantes advém desse estrato social médio-alto da sociedade cabo-verdiana.⁹

Em suma, os dados coligidos nos dois importantes espaços por onde formou a elite administrativa cabo-verdiana indiciam que são, ainda, os descendentes dos “brancos da terra”, constituída em larga maioria por mestiços, por um grupo reduzido de brancos por uma porção inexpressiva de pretos, que se reproduz, pelo menos, desde o século XVIII a esta parte.

Algumas hipóteses a respeito do alargamento da base social de recrutamento das elites administrativas

As fragilidades históricas da estrutura produtiva impulsionam a classe média e as camadas populares a visualizarem nos serviços públicos a principal estratégia de ascensão social. Como observa Furtado,

⁸No decurso de uma década e meia, entre 1874 e 1900, a população de São Vivente passa de 2436 a 8770, de São Antão de 18745 a 29888 e São Nicolau de 7079 para 11958, respectivamente. Cf. AHU. Província de Cabo Verde mappa comparativo do archipelago de Cabo Verde nos anos de 1832 a 1900

⁹De entre os primeiros estudantes cabo-verdianos da Antiga Escola Colonial figuram: Nuno Catharino Cardoso, natural de Santo Antão, nascido em 1888. Inscrito no curso colonial em 1913 era filho de um funcionário público; António Corsino Lopes da Silva, natural de São Nicolau, matriculado no curso Superior do Comércio, em 1914-15; Leão Gomes de Pina, nasceu em 1899, natural da ilha do Fogo, descendente de grandes proprietários; Gustavo Borges da Fonseca, natural de Santiago, nasceu em 1916, filhos de grandes proprietários de terra. Matricula-se no curso em 1936. (Cf. Boletins de Matrícula dos estudantes da Escola Superior Colonial no actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas).



“a instrução em Cabo Verde constituiu sempre um mecanismo de promoção de mobilidades sociais de muitos que passaram a ocupar altos cargos na Administração Colonial nas outras colónias na África. Assim, os investimentos públicos feitos no domínio da educação, levando a uma massificação do ensino, vêm alargar a base social de recrutamento dos funcionários e, por consequência, dos cargos dirigentes da Administração Pública” (Furtado: 1987:pp187-9; ANJOS, 2002; FERNANDES, 2002, p.65).

Se é evidente que as famílias detentoras de capital económico e simbólico conseguiram reconverter esses capitais em capital escolar e, por essa via, acederam à alta administração, permanece a questão de saber se aqueles que deles desproviavam puderam, também, alcançar à cúpula da administração do Estado? E se o conseguiram, é preciso explicitar em que proporção e por que mecanismos?

Há uma certa tendência em delimitar a edificação do Estado nacional independente como divisa única e decisiva no processo de alargamento das oportunidades sociais às camadas mais pobres da sociedade cabo-verdiana. Essa demarcação não é todo sustentável, empiricamente, uma vez o que o Estado tardo-colonial configura-se, embrionariamente, como instituição assistencial, implementando dispositivos de regulação social, aperfeiçoando condições de sobrevivência da população maioritariamente pobre e, historicamente, exposta às vicissitudes de uma agricultura de subsistência, cujas consequências imediatas eram a morte lenta e certa ou a emigração forçada ou espontânea (CARREIRA, 1983, pp.34-37; segs) Eis por que, a partir dos anos 60, a severidade das secas não se traduziu em alguma mortandade relevante (LOPES, 1995, pp.57-58).¹⁰

O Estado nacional, forjado a partir de 1975, é ele próprio refém dessa dinâmica assistencial, de apoio, como se dizia no jargão popular, que, todavia, ganha novos contornos em termos “de expansão-diferenciação do aparelho administrativo, causado tanto pelas novas funções derivadas da aquisição de soberania (impulsionado pelo ideário de criar um homem novo) como pelo aprofundamento-extensão de regulação social” (CORREIA E SILVA, 2001, p.33; AFONSO, 2002, pp.92-93).

¹⁰ O Relatório de Execução do II Plano de Fomento (1959-1964) refere que as dotações sofriram acréscimos motivados “pela necessidade de absorção de mão-de-obra disponível – em consequência da crise resultante de insuficientes colheitas agrícolas, devido às secas”. Cf. Relatório do II Plano de Fomento, 1970). Assim, os planos de fomento constituíam-se, de alguma forma, em almofadas que descomprimiam os desequilíbrios sociais resultantes das secas prolongadas.



Numa análise mais detalhada do perfil social da elite dirigente da Administração Pública, nomeadamente ministros, directores gerais, presidentes de institutos, assessores, conselheiros, etc, nas três décadas pós-independência, nota-se que ela é composta maioritariamente, por indivíduos provenientes dos estratos alto e médio da sociedade cabo-verdiana. Apenas 21% dela podem ser consideradas como oriundos das camadas mais pobres de que fazem parte filhos de trabalhadores rurais, pedreiros, pescadores, carpinteiros, vendedeiras, domésticas (mães solteiras) etc.¹¹

Ora, se é todo plausível que indivíduos originários de grupos mais favorecidos abispam aceder e galgar diversos degraus da escolarização secundária e, amiúde, média e superior, é preciso indagar, entretanto, de que modo os indivíduos provenientes das famílias mais pobres e nascidos nos lugares mais recônditos de Cabo Verde terão conseguido, nas décadas de 50 e 60, concluir os estudos secundários e aceder a postos de alta direcção na qualidade de ministros, directores gerais, etc.

Tentar-se-á, seguidamente, esboçar algumas pistas explicativas desse processo de alargamento da base social de recrutamento da elite administrativa cabo-verdiana na pós-independência:

Primeiro, se é crível que as acções do Estado tardo-colonial em matéria de educação contribuíram para a expansão da escolaridade primária e secundária nas décadas de 60 e 70, não é de todo consistente, do ponto de vista empírico, que essa expansão se deva exclusivamente às suas políticas. Na verdade, as acções empreendidas pelas lideranças de algumas congregações religiosas católicas, nas décadas de 50 e 60, nomeadamente os Espiritanos, em Santiago, Salesianos, em São Vicente, e Capuchinhos, no Fogo e na Brava, e das missões de adventistas e nazarenas, antecedem,

¹¹Estes dados foram coligidos a partir de um extenso questionário aplicado aos altos dirigentes da administração pública. A partir da combinação de três variáveis, a saber, profissão, património e nível de instrução, agregou-se as famílias desses dirigentes em 3 grandes grupos: O 1º grupo integrado por grandes e médios comerciantes, proprietários de terra, altos dirigentes da Administração Pública e de Empresas Privadas, Profissionais liberais (19%). O 2º Grupo do qual fazem parte funcionários públicos intermédios, pequenos comerciantes e proprietários, empregados de empresas privadas (59%), e o 3º grupo abarcando trabalhadores rurais, carpinteiros, pedreiro, domésticas, vendedeiras, funcionários do Estado sem nenhuma qualificação como pessoal auxiliar (21%).



ao menos, uma década às acções educativas mais vigorosas do Estado colonial.¹² De realçar, ainda, o papel de relevo desempenhado pelo Seminário São José, na cidade da Praia, enquanto instituição de formação e de acolhimento de jovens do interior de Santiago e das demais ilhas, sem a qual o acesso ao ensino liceal não seria possível (Cf. *Jornal Artiletra* N°72, 2005).

Assim, o aumento exponencial das matrículas no ensino primário e, em menor grau, no ensino secundário, ocorrido nas décadas de 60 e 70 do século XX é, em larga medida, tributário das acções desenvolvidas por instituições religiosas, a justo título, pioneiras no primeiro ciclo de alargamento das oportunidades de escolarização em Cabo Verde.

Segundo, a par dos investimentos do Estado social provincial e das acções das diversas instituições religiosas, é provável que a participação da emigração, a partir das décadas de 60 e 70, através da remessa de divisas e bens, tenha possibilitado, de alguma forma, a estabilização do rendimento das famílias mais pobres, e, mais expostas às vulnerabilidades da produção agrícola e do emprego sazonal nas frentes de trabalho criadas pelo Estado (LESSOURD, 1995, pp.372-373; FURTADO, 1993, pp.78-79). A remessa dos emigrantes melhora as condições de custeio dos estudos a nível da instrução primária e, sobretudo, ampliando as oportunidades de escolarização secundária, outrora, adstrita aos centros urbanos da Praia e do Mindelo. Outrossim, ela densifica uma rede social de amparo da diáspora, com impacto importante no apoio ao financiamento do ensino superior, especialmente em Portugal e França.¹³

¹²Em Santiago, especialmente no seu interior, onde residia a maioria da população, foi a criação das escolas paroquiais, sob a liderança dos padres suíços Louis Allaz (em Santa Catarina) e Cyr Crettaz e o português João Eduardo Moniz (ambos em São Miguel), que permitiu a franjas importantes do campesinato acederem às primeiras letras e, acima de tudo, passaram a visualizar a escolarização como uma via possível de ascensão social. Em São Vicente, a congregação Salesiana, através da criação do lar de estudantes e, posteriormente, da escola de ensino primário e de ofícios contribuiu para que os pobres de São Vicente e das ilhas agrícolas de Santo Antão, de São Nicolau acessem ao único liceu de Cabo Verde. Nas ilhas de Fogo e da Brava são os capuchinhos, provenientes da Itália, especialmente o padre Camilo Torassa, de cuja acção vigorosa resultou a emblemática Escola Materna de São Francisco de Assis em São Filipe, criando condições para que a população periférica à essa vila e do interior de Filipe frequentasse a escolaridade básica. (Cf: depoimento de padres, antigos professores e alunos das escolas paroquiais, em Santiago; da Escola Materna, no Fogo, e da Escola Salesiana, em São Vicente. Em relação à Escola Materna em Filipe e Casa Materna na Brava, cf VASCHEITTO, Bernardo: 1987, pp.359-360). Quanto à presença dos salesianos, vide *Boletim Informativo. Especial*, 1995, pp.4-11)

¹³Quase 1/3 dos dirigentes inquiridos é descendente de pais cuja trajectória profissional cursa uma longa passagem na emigração (em maior expressão como trabalhadores e menor número como funcionários



Terceiro, se esses dois fenómenos – a remessa dos emigrantes e as acções das instituições religiosas, estas últimas, entretanto, absorvidas pelo Estado – precedem o processo desenvolvimento do Estado social nacional, o que em nada obliteramos impacto do extenso e complexo programa de reconstrução nacional posto em marcha no período pós-independência. Este amplia, de forma duradoura e sustentável, as oportunidades sociais, especialmente as educativas, à classe média decadente e, acima de tudo, à maioria da população pobre. O programa de atribuição de bolsas de estudo, a fundo perdido, é o mecanismo que determina as chances de escolarização superior das famílias desfavorecidas, outrora, praticamente, excluídas, e que alarga as oportunidades de formação às camadas médias urbana e rural, também elas dependentes do apoio estatal. De entre os dirigentes da administração pública quase 3 em cada 4 beneficiaram desse dispositivo de financiamento.¹⁴

Quarto, no caso cabo-verdiano, pouca importância tem sido dada ao papel dos partidos de massa, especialmente o Partido Africano de Independência de Guiné e de Cabo Verde (PAIGC/CV), cuja cúpula fora, outrora, largamente dominada por dirigentes provenientes das camadas alta e média da sociedade cabo-verdiana, (COUTINHO, 2004, 137) no processo de mobilidade social ascendente de importantes segmentos da classe média decadente e das camadas populares. Por imperativos de construção de sua hegemonia política em Cabo Verde, o PAIGC/CV recruta um número significativo de militantes para as suas fileiras e para a administração do Estado. De entre esses militantes figura uma proporção importante de jovens provenientes das camadas populares que visualizam nas actividades de mobilização política do partido oportunidades de formação (nas escolas do Partido e nas suas redes de parcerias internacionais) e de acesso a postos na burocracia intra-partidária e da Administração Pública, entretanto, entrelaçadas.

Assim, alguma heterogeneidade do perfil da elite administrativa cabo-verdiana resulta, essencialmente, de um amplo e acelerado processo de transformação da sociedade cabo-

públicos). Os relatos de vários entrevistados apontam para o papel de relevo que a emigração desempenhou no aumento do rendimento familiar e na ampliação das oportunidades de escolarização das famílias.

¹⁴Estas informações resultam, como referimos anteriormente, do inquérito aplicado aos dirigentes da Administração Pública. Vide boletins oficiais nº39 de 8 de Setembro de 1979 e de 27 de Setembro de 1980, nos quais destacam-se muitos bolseiros, agora na condição de formados, ocuparam altos cargos na Administração do Estado.



verdiana, impulsionado por projectos e interesses distintos das famílias, instituições religiosas, Estado-tardo-colonial e, acima de tudo, do Estado pós-independência. Este último é, em larga medida, um Estado criador, empregador e formador de parte significativa da classe média e segmentos das camadas populares.

À guisa de conclusão, é provável que a heterogeneidade da elite administrativa cabo-verdiana – ainda que em certo grau – seja ela própria tributária desse ciclo específico de transformação, como ocorreu em vários países de modernização tardia.¹⁵ Resta saber, entretanto, se passados os ventos da rápida mobilidade ascendente, o perfil dessa elite administrativa não tenderá, como no passado, a reproduzir-se pela apropriação diferenciada do capital cultural, económico e político, como vaticina Bourdieu (BOURDIEU, 2001)

BIBLIOGRAGIA

Livros, Jornais, Revistas e Artigos

AFONSO, Manuela. **Educação e Classes Sociais em Cabo Verde**. Praia: Spleen, 2002

ANSERSON, Perry. **Le Portugal et la Fin de l'ultra-colonialisme**. Paris : Maspéro, 1963

ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde**. 2002. Praia:

ARTILETRA, Jornal Revista N°82, Março/Abril 2007

¹⁵A importância do poder político e do Estado como factores constitutivos do processo de estratificação social foi largamente desenvolvida por Weber, no debate que estabeleceu com o Marx. GIDDENS, ao analisar o processo de mobilidade nas sociedades socialistas de Estado, aponta para a tendência transitória da mobilidade ascendente, geralmente circunscrita, à primeira geração de descendentes de trabalhadores não-qualificados, mas que tende a declinar-se com o tempo (Cf GIDDENS: 1975, p.289; vide BAUQUET, 2006, p.50, KOTT, 2006, p157).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BAUQUET, Nicolas et BOCHOLIER, François (dir) **Le communisme et les élites en Europe Centrale.** Paris : PUF, 2006

Boletim Informativo Nº52. Especial, 1995, Cinquentenário da Presença Salesiana em Cabo Verde.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico.** Algés: editora Difel, 2001

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A construção da identidade Nacional:** Análise da Imprensa entre 1877 e 1975. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2006

CABRAL, Iva. **Política: ascensão e Queda de uma Elite Endógena.** História Geral de Cabo Verde, Vol. III. Praia, 2001

CARVALHO, ADRIANA. **Génese da Formação do Liceu em Cabo Verde.** Tese de doutoramento apresentado junto da Universidade Clássica de Lisboa. (Versão Digital). Lisboa: 2009

_____ **A Construção Social do Discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926).** Praia: IBNL, 2007

CARREIRA, António **Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar e Migrações.** Lisboa: Editora Ulmeiro, 1977

_____ **Cabo Verde: Formação e extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878).** Praia: ICL, 1983

_____ **Migrações nas Ilhas de Cabo Verde.** Praia. ICL, 1983

COHEN, Zelinda. **Os Filhos da Folha.** Praia: Editora Spleen, 2006

CORREIA, Cláudia. A Administração Colonial Portuguesa entre os Secs XIX-XX. **In Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico.** Secretaria Geral do Governo (1803-1927). Praia: AHN, 1994

_____ Historial. In: **Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979).** Praia: IAHN, 2004

CORREIA E SILVA, António Leão. **Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaço e Sociedades.** História Geral de Cabo Verde, Vol III. Praia, 2001

_____ **Nascimento do Leviatã Crioulo** Kultura: **Revista de Estudos Cabo-verdianos.** Número Especial, Setembro, 2001, pp. 27-37.



COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **Parti Africaine Pour l'Indépendance de la Guinée et du cap Vert : des origines à la Scission : études des parcours individuels, de stratégies familiales et d'idéologies.** Thèse présenté pour l'obtention du titre de doctorat à l'Université Paris I, Panthéon, Sorbonne, 2004

DOMINGUES, Ana. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação e Funcionamento. In: **História Geral de Cabo Verde**, Vol I. Praia, 2001

FERNANDES, Gabriel A **Diluição da África: saga identitária cabo-verdiana**, 2002

FURTADO, Cláudio. **A Transformação das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde.** Praia, ICL, 1993

_____ **Génese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde.** Praia: ICL, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

GOMINHO, Luís. **Os Últimos Anos da Monarquia e os Primeiros Meses da República em Cabo Verde: subsídios para a sua História (1890-1911).** Dissertação de licenciatura apresentada no ISCSPU, 1965.

GRAÇA, Pedro Borges. A Tradição dos Estudos Africanos no ISCSP. In: **Revista de Ciências Sociais e Políticas**, Nº3 (Jan,-Fev.-Març,-Abr,)2009

LESSOURD, Michel. **Etat et Société aux îles du Cap Vert.**Karthala, 1995

LAVRADIO, Marquês. **Portugal em África depois de 1851.** Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1933

MARQUES, A H Oliveira. **Nova História de Portugal.** Portugal da Monarquia para a República, Vol 5. Lisboa: Editorial Presença, 1991

MIRANDA, Jorge. **As Constituições Portuguesas (1822,1826, 1838, 1911, 1933, 1976).** Lisboa: Livraria Petrony, 1976

MONIZ, Elias Alfama Vaz. **Africanidades versus Europeísmos: pelepas culturais e educacionais em Cabo Verde.** Praia: INBL, 2009

MOREIRA, Adriano. **As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola e Moçambique).** Revista de Estudos Ciências políticas e Sociais, nº34: 1960

NEVES, Baltazar Soares. **Seminário Liceu de S. Nicolau: contributo para a História**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do Ensino em Cabo Verde. Porto: Editora do Centro de estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008

OLIVEIRA, João Nobre. **A Imprensa cabo-verdiana entre 1820-1975.** Macau: Fundação Macau, 1998

PEREIRA, Ana Mafalda. **Subsídios para a história da educação em Cabo Verde.** Praia: IAHN, 2010

RODRIGEUS, Helena Maurício. **A Regeneração em Cabo Verde (1850-1860).** Separata do nº5 Especial da Revista Africana Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. Porto: 1998

VASCHETTO, Bernardo P. **Ilhas de Cabo Verde: Origem do Povo Cabo-verdiano e da Diocese de Santiago.** Boston: Edição Farol, 1987

WEBER, Max. Classe, Status e Partido: In. **Estrutura de Classes e Estratificação Social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966

Fontes Primárias

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU: Secretaria de Estado da Marinha: Direcção geral do Ultramar, Cxs 233 a 237

AHU. Província de Cabo Verde mappa comparativo do archipelago de Cabo Verde nos anos de 1832 a 1900

Boletins Oficiais

Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº39 de 8 de Setembro de 1979

Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 39 de 27 de Setembro de 1980

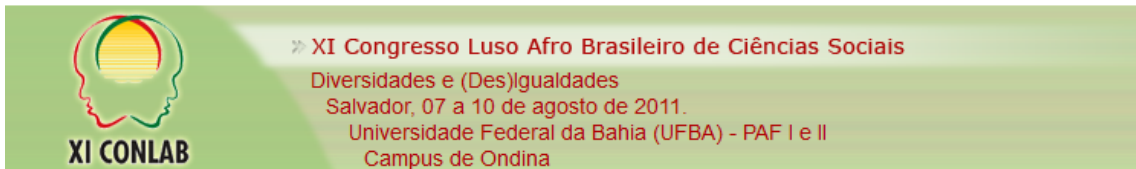
Boletim Oficial de Cabo Verde nº4 de 1870

Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº4 de 1893

Imprensa Nacional. Código Administrativo. Lisboa, 1842

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)

Boletins de Matrícula dos estudantes da Escola Superior Colonial: 1907-1974



Anuário da Escola Colonial: 1919-1920. Escola Colonial. Lisboa:1920

Liceu Ludgero Lima.

Boletins de Matrícula dos antigos alunos dos liceus Infante Dom Henrique e Gil Eanes:
1922-1974

Livro de Termo de matrículas dos alunos do Liceu Gil Eanes: 1955 – 1974

Relatório de Execução do II Plano de Fomento do Ultramar: 1959-1964. Presidência do
Conselho (Secretariado Técnico). Lisboa, 1970